

SP: Pistoleiros atacam acampamento camponês no Pontal



Publicado originalmente em anovademocracia.com.br



Camponeses erguem faixa com a consigna: “Sejamos o pesadelo dos que querem roubar nossos sonhos”. Foto: FNL

Milhares de camponeses resistem às ameaças de pistoleiros a mando de latifundiários na região do Pontal de Paranapanema. No dia 21 de março, quatro homens que se identificaram como policiais alegaram que estavam “à serviço” da empresa UMOE Bioenergy e invadiram, ameaçaram e atiraram com arma de fogo contra famílias que vivem no acampamento no município de Sandovalina, localizado no estado de São Paulo.

De acordo com os relatos dos camponeses, a ofensiva reacionária ocorreu para garantir os interesses da UMOE Bioenergy sobre as terras públicas, as quais a mesma alega ser proprietária. A UMOE Bioenergy é uma empresa norueguesa imperialista latifundiária que detém 42 mil hectares de terras na região do pontal de Paranapanema, onde mantém monocultura de cana-de-açúcar. No entanto, os camponeses afirmam que a área onde se encontra acampamento é parte de terras públicas e está destinada à reforma agrária.

Os trabalhadores relataram aos invasores que na última ação judicial o despejo havia sido suspenso. Porém, o argumento dos camponeses não foi o suficiente para contê-los, e mesmo na presença de mulheres, crianças e idosos, os criminosos sacaram suas armas de fogo e efetuaram os disparos. Os pistoleiros, em uma tentativa de expulsão das famílias camponesas que lá vivem, agiram à revelia da lei e chegaram a ameaçar as famílias camponesas caso estas não deixassem as terras. Diante do destemor dos camponeses, a tentativa fracassou: as famílias seguem lutando.

Segundo denúncia realizada pelo movimento Frente Nacional de Luta – Campo e Cidade (FNL) “esse atentado é parte da escalada de violência no campo contra as famílias que lutam pelo direito de morar, plantar e viver dignamente”. O movimento afirmou: “A FNL seguirá resistindo ao latifúndio e denunciando qualquer tentativa de intimidar nossas famílias acampadas”.

As ações de ocupação

Os recentes ataques contra os camponeses do portal ocorreram após a exitosa ação de ocupação denominada “Carnaval vermelho” dirigida pela FNL, na qual mais de 10 mil famílias foram mobilizadas para lutar pelo direito à terra há cerca de um mês.

Desde junho de 2021, a FNL tem realizado uma série de ocupações em áreas de latifúndio localizadas na região do Pontal do Paranapanema, que historicamente é reconhecida pelos conflitos por terra. Em novembro, foi realizada a maior marcha camponesa pelo direito à terra nos últimos anos no Brasil, com mais de mil camponeses marcharam percorrendo as rodovias de Sorocaba até a capital São Paulo.



Camponeses do Pontal de Paranapanema realizam atividades de formação coordenada pela FNL. Foto: Banco de dados AND

A luta não cessa

Mesmo diante das diversas tentativas de intimidações que os camponeses enfrentam, como parte da luta pela terra no dia 8 de março, data em que se celebra o Dia Internacional da Mulher Proletária, cerca de 300 camponesas destemidas, protestaram na sede do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e no escritório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), localizado no município de Presidente Prudente.

As camponesas carregavam faixas onde afirmavam que o Dia Internacional da Mulher Proletária tem que ser de luta. Uma das faixas levava a consigna “A luta sem a participação das mulheres é pela metade”. As camponesas exigiam a distribuição das terras públicas do oeste paulista e cobraram agilidade na liberação imediata do recurso financeiro para as políticas públicas de habitação, paralisados até hoje.

Após a ocupação das mulheres no Itesp e Incra, o judiciário suspendeu três ordens de despejos em acampamentos do movimento da FNL.



• Durante manifestação em 8 de março, camponesas erguem faixa com a consigna: “A luta sem a participação das mulheres é pela metade”. Foto: FNL



• Camponesas ocupam a sede do Itesp e Incra exigindo o legítimo direito a terra. Foto: FNL



• Camponesas ocupam a sede do Itesp e Incra exigindo o legítimo direito a terra. Foto: FNL